

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SEANI MARIE DUARTE DE OLIVEIRA

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA  
PROMOÇÃO DA CULTURA DE DEFESA

CURITIBA

2019

SEANI MARIE DUARTE DE OLIVEIRA

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA  
PROMOÇÃO DA CULTURA DE DEFESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de pós-graduação em Sociologia  
Política, Setor de Ciências Humanas, da  
Universidade Federal do Paraná como  
requisito à obtenção do título de  
Especialista em Sociologia Política.  
Orientadora: Caroline Cordeiro Viana e Silva

CURITIBA

2019

## **RESUMO**

O presente trabalho visou identificar os esforços empreendidos pelo Ministério da Defesa e demais órgãos responsáveis para o cumprimento de uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e da Política de Defesa Nacional: a promoção de uma Cultura de Defesa no país, ou seja, a difusão e compreensão dos temas de defesa em meio à sociedade civil. Para este fim foram analisados os principais textos que compõe o pensamento de defesa no Brasil e suas prescrições, além do levantamento nas mídias oficiais dos órgãos responsáveis para averiguar suas aplicações. A fim de esclarecer a necessidade de se promover por via governamental a ampliação do debate dos temas de defesa, fez-se um histórico da construção das relações civis-militares no Brasil e a apresentação das teorias clássicas sobre estas relações que explicam a relevância do conhecimento de temas correlatos por parte da sociedade civil.

Palavras-Chave: Estudos de defesa. Ministério da Defesa. Cultura de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Política Nacional de Defesa.

## **ABSTRACT**

The aim of this study is to identify the efforts made by the Ministry of Defense and other responsible institutions in order to comply with one of the guidelines of the National Defense Strategy and the National Defense Policy: the promotion of a Defense Culture in the country - that is, the diffusion and understanding of defense issues among civil society. To this end, the central texts that set the defense thought in Brazil and their prescriptions were analyzed, as well as a survey in the official media of the responsible agencies to verify their applications. In order to clarify the need for governmental action to broaden the debate on defense issues, a brief history of the construction of civil-military relations in Brazil was presented, as well as the presentation of classical theories on these relations that explain the relevance of knowledge of related issues by civil society.

Keywords: Defense Studies. Defense Ministry. Defense Culture. National Defense Strategy. National Defense Policy.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>A CAMINHO DA CULTURA DE DEFESA: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES.....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>CIVIS E MILITARES NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA.....</b>	<b>14</b>
3.1	DEFESA NACIONAL NO BRASIL: A INCLUSÃO DOS CIVIS NO DEBATE.....	19
<b>4</b>	<b>MENTALIDADE E CULTURA DE DEFESA.....</b>	<b>20</b>
4.1	INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE DEFESA.....	26
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou analisar as formas com as quais o Ministério da Defesa (MD) tem buscado promover uma das suas diretrizes apresentadas na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa: a promoção de uma Cultura de Defesa no país. Tem-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: a fim de promover o que se denominou “Mentalidade de Defesa” e posteriormente “Cultura de Defesa” nos documentos declaratórios da defesa nacional, quais projetos foram desenvolvidos.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as iniciativas do Ministério da Defesa para difundir o debate sobre defesa nacional conforme previsto nos documentos declaratórios. Para este fim realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental nas páginas oficiais do Ministério da Defesa, do Instituto Pandiá Calógeras, responsável pelo assessoramento do Ministério em assuntos estratégicos. Partindo do questionamento acerca das medidas adotadas e projetos realizados com a finalidade de difundir os estudos e compreensão da defesa. Neste contexto será observado se há de fato empenho das instituições militares e do governo para observar esta prerrogativa da Política.

São objetivos específicos desta pesquisa apresentar um histórico das relações civis-militares no Brasil, visando compreender o distanciamento da sociedade dos temas de defesa; apresentar sucintamente o arcabouço teórico para análise de relações civis-militares e da concepção das políticas de defesa; apresentar os avanços alcançados com a instituição do Ministério da Defesa e da publicação dos documentos declaratórios da defesa por meio do fomento à cultura de defesa e identificar as práticas adotadas pelos órgãos responsáveis para sua promoção.

A justificativa do estudo desse objeto no campo das ciências sociais se inscreve na sua relevância contemporânea tendo em vista o distanciamento da sociedade civil sobre o tema, seja por desconhecimento ou descaso. Afastamento este que torna incompreensíveis algumas formas de atuação e demandas das Forças Armadas e outras irrepreensíveis, uma vez que muitos desconhecem seu verdadeiro papel e escopo. A promoção do diálogo e do incentivo aos estudos e difusão de temas correlatos parece vir em resposta a este problema e faz-se importante buscar diagnósticos da efetividade destas políticas.

Em um primeiro momento, antes de apresentar os documentos da defesa e entrar propriamente no tema da promoção da cultura de defesa, foi elaborado um breve histórico das relações civis-militares no Brasil. Esta etapa objetivou estabelecer o afastamento de membros

da sociedade civil do debate acerca dos temas de segurança e defesa, concentrados nas escolas e comandos militares.

No segundo capítulo apresentou-se algumas teorias que fundamentam o debate sobre a participação da sociedade civil nos temas militares. As teorias de Huntington e Janowitz sobre controle civil-militar abordam a profissionalização das forças e sua participação nos processos políticos e abrem espaço para o questionamento de qual modelo se adaptaria melhor à realidade brasileira, uma vez que as teorias tradicionais são baseadas em países com histórico bastante distinto da criação e desenvolvimento das Forças Armadas. Em resposta à esta questão o argumento de Fuccille demonstra a importância das instituições governamentais e documentos de defesa para o gerenciamento desta relação e da definição do papel do civil – e do militar – no Brasil. Neste sentido também foi discutido se no Brasil a natureza da política de defesa seria a de uma política de governo – sujeita às mudanças sociais – ou de estado, menos flexível e condicionada a aspectos exteriores como a dinâmica das relações internacionais e ameaças diretas ao Estado.

No último capítulo foram elencadas algumas das instituições estabelecidas no período democrático que visam aproximar defesa, segurança, sociedade civil e academia. Para esta análise, adotou-se a perspectiva da política de defesa como política pública, que como tal deve responder às demandas da sociedade e prestar contas a esta. Foram também apresentados os documentos que respondem à questão: a Estratégia de Defesa Nacional, o Plano de Defesa Nacional e o Livro Branco de Defesa Nacional.

Estes documentos tornaram mais clara a intenção de que o debate se intensificasse na esfera civil ao trazer entre as orientações e objetivos da defesa determinações como conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País, incrementando-se a participação de todo cidadão nas discussões afetas ao tema e culminando com a geração de uma sólida cultura de defesa.

Por fim, são apontados de forma sintética as iniciativas e ações adotadas pelos órgãos da defesa para promover e fomentar a criação de uma Cultura de Defesa. Por meio da obtenção de dados nas instituições responsáveis, como o Ministério da Defesa será possível apresentar as iniciativas, projetos e eventos promovidos com este fim.



## **2 A CAMINHO DA CULTURA DE DEFESA: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES**

Compreender as ações de promoção da Cultura de Defesa na contemporaneidade prescinde de se apreender na trajetória das relações civis-militares os fatores históricos enredados nesse processo no qual se desenvolveram. Ressalta-se que neste estudo, embora se adote uma dimensão homogênea das forças, é importante consignar que se reconhece as diferenças entre as três Armas; de caráter histórico, organizacional, de recrutamento, potencial político, atuação, viés político-ideológicos etc. como sugerem Dreifuss e Dulci (2008).

Assim, antes de apresentar os documentos da defesa e entrar propriamente no tema da promoção de uma Cultura de Defesa, é preciso que se apresente um breve histórico das relações civis-militares no Brasil considerando que essa etapa permite revelar o distanciamento de membros da sociedade civil do debate acerca dos temas de segurança e defesa, que ficaram por longo período da história concentrados nas escolas e comandos militares.

Nessa perspectiva são pertinentes os estudos de Carvalho (2005) e Coelho (1976), nos quais os autores analisam o processo de construção da identidade militar contemplando em seus estudos as determinações do papel dos militares perante a sociedade e a forma como os civis os percebiam em um período em que sequer se concebia uma forma de relação direta de participação de civis e a vida militar.

Não havia, neste período, a previsão de uma Cultura de Defesa em meio a sociedade, um conceito que somente aportará como uma estratégia da Política de Defesa a partir da década de 90 - uma vez que as próprias forças não tinham capacidade organizacional e um projeto consolidado. Em suas análises, estes autores identificaram que ao longo da história a relação entre sociedade civil e militares foi marcada pelo distanciamento, agravado nos episódios de ruptura política nos quais as Forças Armadas foram protagonistas, em especial, no golpe de estado deflagrado em 1964, quando a lógica da militarização tornou árduo o trabalho de pesquisar e questionar as ações e políticas concernentes aos temas de defesa.

Esse distanciamento não se caracterizou apenas por se tratar de um setor das ações do estado afetas a um grupo reduzido de servidores da pátria, e portanto, marcado pela invisibilidade, pois, como explica Carvalho (2005), mesmo após a Guerra do Paraguai - frequentemente apontada como marco para o aumento de prestígio das forças no Brasil - a



percepção dos civis sobre estas continuaram marcadas por relações de preconceito por parte da população.

Na explicação deste autor, a percepção negativa das forças estava fortemente ligada ao processo de recrutamento, feito principalmente dentro de camadas marginalizadas pela sociedade. Em razão dos baixos soldos e das condições de vida na caserna, a carreira militar não interessava aos jovens de classe média e durante a primeira república o governo se valeu de práticas como o recrutamento forçado para formar suas fileiras. Apresenta Carvalho que nos relatórios do Ministério da Guerra figurava uma “geral repugnância da população para a carreira das armas”.

Mesmo com a instituição do alistamento universal e da criação da lei do sorteio, o serviço pesava sobre aqueles que não tinham recursos para escapar da escalação. Nos dizeres de Leitão de Carvalho, (in José Murilo, 2005), o recrutamento era uma “seleção invertida”, uma vez que se concentrava em criminosos mandados pela polícia e homens que adentravam às forças pela falta de recursos financeiros ou por condições adversas em seus locais de origem.

Somava-se a este desprestígio social a má captação de recursos, que inviabilizava a modernização da corporação. Restou evidente que, mesmo com maior poder político, angariado após a Guerra do Paraguai, havia resistência às Forças na imprensa; no congresso em outras organizações, além da dificuldade de angariar investimentos.

A fim de aproximar jovens de classe média, e por conseguinte afastar as forças de um local de marginalização, algumas ações foram efetuadas, destacadamente no governo de Afonso Pena, com Hermes da Fonseca à frente do Ministério da Guerra. A aprovação de uma nova lei do sorteio e a obrigatoriedade da instrução militar no ensino secundário deram um passo inicial para a transformação, em especial do exército.

Sob a ótica de uma Cultura de Defesa é possível inferir que embrionariamente e de forma incipiente, por diferentes percepções dos atores dessa área, significativas iniciativas se precipitaram tendo como escopo melhorar a representação das forças para a sociedade civil no cenário nacional.

Nessa trajetória constata-se que no contexto da Primeira Guerra Mundial, a modernização de fato se deu sob a liderança de um grupo conhecido como Jovens Turcos, constituído por oficiais do exército que foram enviados para estagiar no exército alemão entre 1906-1912 e regressaram com ideias para a renovação. Destaca-se na atuação deste grupo a publicação da revista *A Defesa Nacional*, que além de conter artigos técnicos do ponto de

vista militar, apresentava artigos de opinião e críticos, conforme apresenta José Murilo de Carvalho (2005):

O problema do recrutamento foi discutido desde o primeiro número da revista. A relação entre o tipo de recrutamento e o desprestígio do Exército foi denunciada em editorial de 1917: ‘No Império, o recrutamento forçado, que trazia para as fileiras os elementos da mais baixa camada social, foi sempre o maior fator de desprestígio da farda que, em vez de representar o cultivo do amor à pátria, era tida como um símbolo de castigo’. (CARVALHO, 2005)

Corroborando com essas análises sobre a revista, Sergio Murilo Pinto (2018) apresenta trechos que tornavam claras as percepções de algumas alas dos Jovens Turcos acerca do papel do exército em relação à sociedade civil:

O editorial de apresentação é uma súplica das convicções defendidas pelo grupo (...) O texto afirma, em síntese, que o Brasil é uma sociedade nascente e o Exército sua única força organizada, o que torna necessária, em dados momentos, a intervenção militar, visando à ‘transformação política ou à estabilização social’. O Exército precisa estar pronto para exercer ‘sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha — e preparado para corrigir as perturbações internas’. Além disso, tem uma ‘função educativa e organizadora’ da massa de cidadãos. (PINTO, 2018)

Nessa abordagem que busca alinhar de forma sócio histórica as origens de uma Cultura de Defesa, é possível perceber que a publicação representou uma forma inicial de comunicação partindo da caserna para o público e a sistematização de opiniões de membros da corporação, ainda que esta se colocasse em um papel superior ao que era considerado externo às Forças Armadas e tornasse clara a separação entre o civil e o militar. A campanha de renovação dos Jovens Turcos teve grande apoio no governo Wenceslau Braz, tendo como representante de destaque Olavo Bilac que se dirigia em especial às elites civis e à academia a fim de encerrar o que chamava de “um divórcio monstruoso” entre povo e Forças Armadas.

Carvalho (2005) revela que a intensificação na campanha gerou medidas como a criação da Liga de Defesa Nacional, com apoio das elites civis; novos sorteios, desta vez feitos entre todas as classes a fim de preencher os postos, não mais recrutando apenas nas camadas mais baixas, a exigibilidade da carteira de reservista para candidatos a cargos públicos e também a ampliação da instrução militar nas escolas. Nota-se que embora a modernização tenha encontrado resistência, o processo culminou na transformação esperada dentro das Forças, com destaque para o exército, que passava a contar com mais recursos humanos e materiais, além de melhorias no treinamento e ensino militar.

Conforme apresenta Carvalho (2005), a Primeira República foi marcada por medidas para fortalecer as Forças Armadas – novamente, com destaque para o exército – para se consolidar como uma organização nacional, capaz de planejar e executar uma política de defesa. Com as melhorias angariadas na modernização viabilizou-se uma maior estruturação interna, centralização do processo decisório e formulação mais clara dos objetivos da corporação.

Essa nova conformação no cenário nacional implicou na mudança na percepção sobre as Forças: como máquina militar por parte dos civis; e no fortalecimento da identidade do militar. Como consequência houve o aumento progressivo na influência política da corporação, conforme aponta Alexandre Fuccille (2019). Para este autor, os militares passaram a conceber as Forças como uma instituição de caráter nacional, em um país caracterizado pelo forte regionalismo, e se colocavam no papel de intervir a fim de promover o que consideravam interesse para a sociedade.

A percepção da importância de montar uma máquina bélica moderna passou a estar presente no pensamento militar durante os anos que se seguiram à guerra. A partir de então, a corporação militar assumiu uma progressiva influência política à medida que teve uma noção mais crítica de seu papel como ‘a mais nacional’ das instituições de um país tão marcado por regionalismos, sem que a mesma preocupação e contrapartida se desse por parte dos civis. (FUCCILLE, 2019)

Para Fuccille (2019), este movimento não teve resposta significativa da população, fosse por desconhecimento ou, nas palavras do autor, descaso, a consequência é que do outro lado, havia uma corporação cada vez mais fechada em si, aproximando-se da natureza apresentada por Goffmann (2019) no estudo das instituições totais<sup>1</sup>, e a consolidação de um ideário do militar para o militar, à parte da compreensão do público.

No período que precede o golpe militar de 1964 as Forças Armadas protagonizaram ou apoiaram diversos episódios de ruptura política, demonstrando seu maior protagonismo político adquirido. Conforme aponta Fuccille (2019), os militares atribuíram a si o papel de “protetores da sociedade”, de maneira semelhante ao que se apresentava em 1917 na revista *A Defesa Nacional*, intervindo em momentos cruciais ao longo da história.

Em uma breve digressão histórica, salta aos olhos – seja como ‘protetora’ da sociedade e/ou do Estado a proeminência militar ao longo de toda a sua existência independente, especialmente no período republicano. Assim,

---

<sup>1</sup> Instituições que pelo fato de envolverem todos os aspectos da vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior.

datas fundamentais da vida política nacional, como 1889, 1893, década de 1920 (tenentismo), Revolução de 1930, 1937 (instituição do Estado Novo), 1945 (destituição de Getúlio Vargas), 1945/55 (suicídio de Vargas e contragolpe para a garantia de posse de Juscelino Kubitschek), até o assalto ao poder em 1964, não podem ser pensadas sem referência ao aparelho militar. (FUCCILLE, 2019)

Acerca dos governos militares instaurados por meio de um golpe deflagrado em 1964, é importante destacar a relação que se consolidou entre civis e militares. Ainda que na historiografia o período seja descrito como uma ditadura “civil-militar”, em decorrência da participação e apoio de alguns setores da sociedade civil, não era característica destas gestões facultar aos civis o debate e tomada de decisões concernentes à prática militar.

No que diz respeito às políticas de defesa, durante a ditadura prevaleceu a ideia da Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra, um núcleo de estudos estratégicos que se destinou a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil. Estavam presentes na DNS práticas como a coleta de dados de civis por meios dos serviços de informação e o caráter de vigilância inserido no contexto da Guerra Fria. A visão da defesa do país dentro do paradigma da Segurança Nacional só seria superada com a criação da Política de Defesa nos anos 90 conforme apontam Domício Proença e Eugênio Diniz.

Durante os anos da ditadura se pensar na promoção da Cultura de Defesa ou na preocupação de inserir ou aproximar a sociedade dos debates correlatos estava distante de tornar-se realidade. Por um lado, afastava-se pela repressão consolidada nos Atos Institucionais e por outro aparelhava-se o estado de militares, tomando postos antes ocupados por civis na máquina pública. Conforme aponta Dreifuss:

“Os políticos tomaram se ancilares. As reformas introduzidas nos canais de elaboração de políticas e de tomada de decisões — preparadas sobretudo no governo Castello Branco e para as quais o IPES proporcionou o referencial básico — excluíam dos centros de poder os políticos tradicionais e, no mesmo passo, favoreciam a participação dos militares.” (DREIFUSS, 2008)

Com o recrudescimento da repressão e a constante perseguição a grupos de oposição o diálogo e os estudos dos temas de defesa não eram beneficiados. Conforme apontam Castro e Leirner (2009) havia receio por parte dos estudantes para realizar pesquisas na área militar ou temas correlatos:

“Havia ainda muita desconfiança mútua dos militares em relação aos civis, e vice-versa, particularmente no mundo acadêmico. Mais de uma vez ouvi advertências preocupadas de colegas alertando-me para ter cuidado, para não

acabar sendo torturado ou morto em campo. (CASTRO e LEIRNER, 2009, p.8)

O período dos governos militares determinou o encapsulamento ainda maior da corporação e contribuiu para a lógica do distanciamento entre população e Forças Armadas. Aqueles que não estivessem inseridos no regime e lhes fizesse oposição eram enquadrados como inimigos do Estado ou ameaças à segurança nacional. Os militares assumiram para si o papel enunciado em 1917, o de “corrigir as perturbações internas” e representar, acreditavam, uma “função educativa e organizadora da massa de cidadãos”:

“No plano político-ideológico, os quinze anos subsequente a 1964 constituíram um período de capacitação e incremento do potencial da instituição militar para tomar-se ator político relevante, isto é, força política autônoma capaz de impor seus interesses e necessidades institucionais aos demais atores políticos. Face à percepção crítica dos problemas existentes no sistema anterior, a instituição militar desenvolve ação efetiva no sentido de reformular-se e de reformular o sistema.” (DREIFUSS, 2008)

O período conhecido como os “anos de chumbo” teve início em 1968 com o fechamento do Congresso por meio do Ato Institucional n.5, baixado em resposta à recusa dos parlamentares de suprimirem imunidades de um político abertamente oposicionista ao governo. Por meio do AI-5 foram suspensos direitos como o *habeas corpus* e, segundo, Fausto (2012), o núcleo militar de poder centrou-se na “comunidade de informações”, figuras centrais nos órgãos de vigilância e repressão.

À época as perseguições a civis culminaram em cassação de mandados, perda de cargos no funcionalismo – incluindo professores - e demais formas de cerceamento às liberdades de opinião, expressão, associação etc. Ampliava-se o distanciamento entre civis e militares. Pode-se inferir que em um contexto no qual mesmo aqueles imbuídos de poder para fazer oposição eram subjugados pelo regime, a possibilidade de serem respeitados, ou mesmo tolerados, os debates da sociedade civil nos temas afins da defesa e segurança era dubitável.

O processo de redemocratização, iniciado em 1974 durante a gestão Geisel, foi definida como “lento, gradual e seguro”. Conforme apresenta Fuccille, dentro dos esforços para restabelecer e fundamentar as bases para a democracia, esteve presente o protagonismo militar, caracterizando-se em uma “reforma pelo alto”. Isso porque as negociações para a transição se basearam no projeto distensionista dos militares, sem grandes pressões da sociedade civil, o que para o autor viria a ditar parte da relação entre civis e militares no período democrático.

Segundo Fuccille novamente o distanciamento dos civis do conhecimento das áreas ligadas aos militares e à defesa nacional implicaram em maiores dificuldades para a efetividade do controle civil sobre as Forças, também em razão do saber tecnocrático exercido por estas.

Na academia, arena que poderia se constituir em importante espaço de aproximação civil-militar, Castro e Leirner (2009) afirmam que os Estudos Militares concentraram-se essencialmente na pesquisa sobre intervenções militares na política, transição a regimes democráticos e sujeição das Forças Armadas ao poder civil; não configurando ainda os estudos de defesa tal como era de se esperar. Percebe-se nesta análise, que os estudos incipientes consistiam em críticas ao regime e à relação estabelecida e não em trabalhos voltados para concepção de políticas públicas relacionadas à defesa ou que caracterizassem a inserção da sociedade civil no debate do tema.

No período que se seguiu a distensão houve a promulgação da Constituição de 1988, embora com uma construção analítica e considerada expoente na previsão de proteções e garantias aos direitos humanos, o texto pode ser considerado brando no que diz respeito à penalização dos abusos cometidos durante a ditadura e insuficiente para promover transparência sobre as atuações dos órgãos de repressão - revelando a presença dos interesses militares nos ditames da nova fase da República.

À parte destas contradições, é possível perceber no texto constitucional a preocupação em tornar clara a sujeição dos militares ao poder civil. Previu-se a criação de um Ministério da Defesa sob liderança civil contemplando as três armas e delimitando-se claramente o papel dos militares em tempos de paz além dos trâmites legislativos para emprego da força.

Além da criação do Ministério, foi publicado o primeiro documento declaratório da defesa que, conforme apresentam Diniz e Proença, rompia definitivamente com a ideia da Doutrina de Segurança Nacional e inaugurava novas formas de pensar a defesa:

Vêm então as atividades essenciais de uma política de defesa: avaliação estratégica governamental, projetos de forças e planejamentos das ações militares e seu aspecto fundamental, o orçamento consolidado da defesa. Enterra-se de vez a Doutrina de Segurança Nacional, de longa duração e rara eficácia e constrói-se nova configuração estratégica governamental. (DINIZ, 1998)

Essa nova concepção implicaria também na requisição de medidas efetivas visando a participação da sociedade civil, que conforme se constatou na trajetória histórica das relações civis-militares, encontrava-se praticamente alienada dos debates da segurança e defesa. Tais

medidas foram apresentadas nos documentos declaratórios da defesa publicados a partir de 1996, a saber: as Políticas de Defesa Nacional de 1996 e 2012; a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa, ambos de 2012. Seus significados no que se refere às ações voltadas à construção de uma Cultura de Defesa estão afetos à qualidade das demandas criadas pelo próprio texto e pelas políticas desenvolvidas a partir desses documentos.

### **3 CIVIS E MILITARES NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE DEFESA: A DEFESA COMO POLÍTICA PÚBLICA**

A inclusão dos civis na seara dos temas de defesa insere-se – mas não se esgota - em dois debates mais amplos: a definição da natureza da política de defesa como sendo uma política de governo ou uma política de Estado; e o domínio civil sobre os militares. Estes debates foram base ao longo do tempo para definir as diretrizes da formulação das políticas de defesa e segurança, contemplando a intensidade e a capacidade da participação civil nestas discussões.

Com relação à natureza da política de defesa o debate buscou compreender se esta corresponderia à uma política de Estado - e como tal estaria inserida na lógica realista de poder e busca de sobrevivência - ou em uma política de governo, que compreende outros fatores sociais como a ideologia, por exemplo.

A primeira abordagem deste debate considera que a política de defesa estaria estritamente ligada ao cenário internacional, sobretudo, no que se refere ao posicionamento que um país ocupa, às ameaças que o cercam etc., sob esta ótica contemplar o debate civil das *high politics*<sup>2</sup> seria improvável ou infrutífero, uma vez que os fatores externos são lentamente mutáveis e não condicionados à vontade popular ou dinâmicas de governo. Conforme apresenta Casarões:

É com vistas à sobrevivência que o realismo sugere que a política de defesa seja pensada de maneira contínua, linear, motivada precipuamente pelas ameaças externas que se coloquem às entidades estatais. Em outras palavras, o interesse nacional mais básico é a garantia da segurança do Estado – e, por extensão lógica, de seus cidadãos. (CASARÕES, 2015, p: 33)

Na segunda hipótese, a política de defesa compreendida como uma política de governo, em uma democracia, abrangeria aspectos sociais que poderiam moldá-la e sujeitá-la à apreciação popular.

---

<sup>2</sup> Em tradução livre, "altas políticas", termo que designa temas de maior relevância para os atores internacionais relacionados às suas preferências e necessidades estratégicas, principalmente em questões de segurança.



Por outro lado, contrapõe-se ao corolário realista a noção que a política de defesa, assim como outras políticas públicas, deve ser regularmente submetida ao crivo popular, especialmente em regimes democráticos. Esta visão trata a segurança do Estado não como um objetivo coerente e linear, sendo sempre filtrada pela realidade interna do país e pelas dinâmicas político-partidárias que se colocam nas conjunturas históricas específicas. (CASARÕES, 2015, p: 35)

É importante salientar que a segunda abordagem não nega a função última da defesa: a sobrevivência do Estado – apenas inclui em sua definição demais fatores sociais. Como afirma Barry Buzan (1991) esta política decorre da dinâmica interna dos Estados, envolvendo diversos atores interessados diretamente em sua construção.

Para este autor, os meios de comunicação, a classe política, os órgãos burocráticos do governo, o setor privado e a população de um país influenciam no processo decisório de formulação da política de defesa. Segundo apresenta Casarões:

Um autor que coloca muito bem que uma política de segurança nacional ou de defesa é fruto de uma dinâmica política interna aos Estados é Buzan (1991). Segundo este autor, há vários interessados diretamente na elaboração desta política, fazendo com que esta não seja somente um produto entre um Estado e o ambiente internacional. Para Buzan, meios de comunicação, partidos políticos, diferentes órgãos burocráticos do governo, setor privado e mesmo a própria população de um país procuram influenciar no processo decisório de formulação desta política pública. (CASARÕES, 2015: p. 35)

É nesse sentido que se inserem os documentos declaratórios da defesa que não apenas prescrevem diretrizes e ações a serem tomadas neste setor, mas também, prestam contas à população e incluem-na textualmente ao apontar a necessidade de que o debate dos temas de defesa seja difundido entre a sociedade, meios acadêmicos, dirigentes políticos etc.

Com relação ao controle civil sobre militares destacam-se os estudos de Samuel Huntington (1957) e Morris Janowitz (1960). Embora os estudos destes autores tenham como foco a efetividade das forças militares e a participação política da corporação, é possível observar nestas abordagens a importância do controle civil para alcançar maior confiabilidade nas forças, promoção da segurança interna e externa dos Estados e a proteção da democracia.

De acordo com os teóricos que formularam as primeiras análises sobre relações civil-militares, não é bastante clara a distinção dos papéis de cada setor na política do estado e na formação das políticas de defesa. Desta dificuldade decorrem desequilíbrios na relação que podem prejudicar tanto a eficiência das forças quanto a gestão democrática dentro de um Estado. Ainda que estes autores tenham sido refutados, a teorização inicial sobre a distinção

do papel civil e do papel militar é essencial para a discussão dos temas de defesa hodiernamente.

Huntington propõe, em síntese, um modelo ideal de soberania civil sobre os militares. Para ele, o controle poderia se dar de duas formas: controle civil objetivo -ideal - arraigado na profissionalização do militar; e controle civil subjetivo, decorrente da civilização das forças armadas - ao estimular o envolvimento destas na política institucional - e maximização do controle civil. Este autor acredita que o militar seria guiado por uma lógica própria advinda de valores da corporação e, em razão disso, o “controle subjetivo” se mostraria ineficaz uma vez que um maior envolvimento político dos militares sujeitaria a instituição a desvios advindos do poder político. Depreende-se destes estudos que apenas o controle civil objetivo asseguraria a maximização da segurança. (HUNTINGTON, 1957)

An officer corps is professional to the extent it exhibits the qualities of expertise, responsibility, and corporateness. In addition to enhancing effectiveness, these traits also enhance civilian control because a professional military seeks to distance itself from politics (HUNTINGTON: 1957, p. 84)

Em oposição a Huntington, Janowitz (1960), defende que a profissionalização militar se modificaria com o tempo sofrendo influência das condições históricas e sociais em que se inserem as Forças Armadas. Para este autor a participação política dos militares seria inevitável e em sua concepção não seria um cenário negativo a ser evitado:

However, in contrast to Huntington, Janowitz argues that relying on the creation of an apolitical military in order to ensure civilian control is an unrealistic approach. “In the United States, where political leadership is diffuse, civilian politicians have come to assume that the military will be an active ingredient in decision-making about national security” (Janowitz, 1964: p. 342). Janowitz argues that it is inevitable that the military will come to resemble a political pressure group, and this is not necessarily a problem as long as its activities. (NIELSEN, 2005)

As abordagens clássicas dos estudos das relações civis-militares não parecem compatíveis com a realidade dos países na América Latina. Uma vez que têm como inspiração o modelo de gestão militar estadunidense, as respostas às questões sobre eficiência militar e influência política e decisória da caserna acabam resvalando ora na proposição do isolamento via profissionalização, ora na assunção de que a influência militar na política seria inevitável e não constituiria um problema.

Porém, conforme abordado anteriormente, este modelo de isolamento das forças e a concentração da decisão e do saber teórico sobre a defesa tornou-se fator preponderante para alienar a sociedade do debate e enfraqueceu-a, reduzindo seu poder de tomada de decisão. Esta dinâmica deu força a autopercepção dos militares como tutores da população e detentores de um papel de poder moderador. Desta maneira, a participação política dos militares na América Latina, incluindo o Brasil, e o fechamento das forças em si contribuíram para a instabilidade política e períodos de exceção sob governos militares.

Diversos autores brasileiros concordam com a ideia de que as abordagens inspiradas no modelo anglo-saxão não servem para esclarecer as relações civis-militares em países da América Latina a exemplo do Brasil. Nos países nos quais estas teorias se basearam já havia elevado grau de profissionalização militar e a relação destes com a política se daria de modo reduzido, distanciando-se do cenário de constantes e significativas interferências militares na política. Conforme aponta Fuccille (2005):

A análise das chamadas relações civis-militares precisa ser pensada para além da mera questão do controle civil conforme elaborada por Samuel Huntington. Para esse decano, responsável por uma nova abordagem criada ainda na década de 1950 no estudo da Instituição Militar contemporânea, o controle civil “é alcançado na medida em que se reduz o poder de grupos militares”. Apresentando-se tanto sob a forma de controle civil subjetivo ou de controle civil objetivo, ou seja, centrando-se nas vinculações estabelecidas entre o Estado e o corpo de oficiais, cremos que esse modelo não consegue dar conta da complexa realidade de países latino-americanos. (FUCCILLE, 2005. p. 14)

Ainda que estas teorias se mostrem insuficientes para analisar o cenário latino-americano, servem como ponto de partida, uma vez que abordam a importância da delimitação da prática militar e da relação com a sociedade civil. Levando em consideração a inadequação destas teorias ao cenário latino-americano restou a questão sobre qual forma de relação civil-militar seria adequada a fim de primordialmente aumentar a segurança da democracia e, neste caso, até mesmo da própria população.

Argumenta Fuccille que uma das respostas encontradas foi promover, via institucionalização, maneiras de efetivar o controle civil sobre os militares, como por exemplo a criação de um ministério da defesa sob domínio civil.

Nesse sentido, a existência de um Ministério da Defesa é um indicador básico importante do conjunto da situação das relações civis-militares em um dado país, constituindo-se em grande parte no elemento central dessas mesmas relações. Alguns autores destacam que essa estrutura atualmente é amplamente vista como a solução ao clássico problema paradoxal de “quem

guarda os guardiães?”. Se a resposta correta é que os civis democraticamente eleitos guardam os guardiães, então um Ministério da Defesa é o veículo fundamental utilizado para esse controle. (FUCCILLE, 2005)

Desta maneira, decorrente também destes esforços, a política de defesa no Brasil aproxima-se mais da ideia de política de defesa como uma política pública e de governo, sujeita ao debate civil e passível de ser alterada pelo contexto social vigente. Depreende-se, então, ser essencial que a população esteja familiarizada com códigos, premissas e teorias que se inserem nos debates sobre defesa.

Nessa esteira, com a finalidade de gerir esta política diversas instituições foram criadas. Surge em razão disso a necessidade de tornar a defesa inteligível para o público uma vez que aos eleitores caberá cobrar de seus eleitos medidas nesta área ou mesmo participar de sua formulação, e aos últimos caberá ter conhecimento para poder legislar sobre ela. Sintetiza Almeida:

Como as demais políticas públicas, a de defesa também pode ser entendida sob a forma dos conceitos político, jurídico e econômico. A política de defesa precisa ser entendida sob o prisma dos diferentes campos de conhecimento e das distintas realidades sociais, pois do contrário, pode ser transformada em um emaranhado de ações governamentais incompreensíveis para o cidadão e incapaz de obter o necessário suporte político-administrativo. (ALMEIDA: 2010, p. 223)

Diante deste contexto percebe-se que a análise das políticas de defesa passa, necessariamente, pela teorização da atividade militar e do papel relegado aos militares na definição dela. No Brasil, a atuação dos militares e seus limites se encontra expresso na Constituição Federal de 1988 e é explanada de maneira analítica nos documentos declaratórios criados a partir de 1996.

Atualmente estes documentos integram uma série de ferramentas que visam promover a previsibilidade da atuação das forças, a promoção da confiabilidade interna e externamente e, de maneira ampla, pode-se dizer que contemplam a profissionalização do militar no Brasil - distanciada do conceito insular de Huntington - e também servem para limitar a participação política militar ao tornar claras a missão das Forças Militares no Brasil.

A inovação que estes documentos trazem é contemplar, também, a posição dos civis nesta dinâmica, não apenas de controle institucional, mas como participante ativo do debate. Visando, por inferência, corrigir os rumos de distanciamento que se estabeleceram entre civis e Forças Armadas.

### 3.1 DEFESA NACIONAL NO BRASIL: A INCLUSÃO DOS CIVIS NO DEBATE

Construído e consolidado ao longo da história, o distanciamento entre civis e militares no Brasil agravou-se no período militar. Se antes o desconhecimento dos temas de defesa adivinha do desinteresse da população ou do caráter fechado da instituição militar, num segundo momento passa a estar relacionado aos limites impostos pela lógica da Doutrina Nacional de Segurança, que colocava a população como inimiga em potencial alienando-a do debate.

O peso histórico de práticas tradicionais, carreiras consolidadas, falsas expectativas e mecanismos institucionais arrasta para o período democrático muitas idiossincrasias. Uma destas idiossincrasias é a alienação da sociedade com relação ao debate sobre assuntos militares, uma alienação fundada não no desinteresse, mas na ignorância nascida de um distanciamento entre as forças armadas e a sociedade; e essa distância assenta sobre resquícios de uma cultura de sigilo, que tratava os cidadãos brasileiros como inimigos em potencial. (DINIZ: 1996, p. 31,32)

Somado a isso, a dificuldade de acesso aos dados e a violenta repressão a grupos de discentes e docentes fez com que a academia se postasse essencialmente como antimilitarista, visão que, como aponta Proença Diniz (1998), seria mantida mesmo após a sujeição institucional dos militares ao poder civil por meio da criação do Ministério da Defesa. Para este autor, a visão da academia à época restava acrítica e dificultava a compreensão da atuação dos militares, compreensão esta essencial para os estudos da defesa e segurança.

A luta pela democracia marcou muitos dos estudiosos brasileiros com um posicionamento antimilitarista que nem sempre soube distinguir entre o papel ilegítimo que as instituições militares ocuparam como governantes e o seu papel legítimo como ferramentas políticas do estado. Estes posicionamentos persistem de forma inercial e acrítica, inclusive depois de superados os principais obstáculos políticos que os promoveram e explicaram. (DINIZ: 1996, pag.32)

Ainda segundo este autor, depreende-se que, não obstante o restabelecimento da democracia no país, algumas instituições permaneceriam afetadas e se faria necessário criar instrumentos de controle, espaços de debate etc. Demandas estas que, no caso da Defesa, foram respondidas inicialmente por meio da proposição da Política de Defesa Nacional de 1996 e da criação do Ministério da Defesa.

O principal problema para a discussão de assuntos propriamente militares no Brasil é a continuidade de uma falsa expectativa: a de que o término do período autoritário tivesse feito surgir do nada todo o aparato para a gestão democrática dos assuntos públicos. Espera-se que imediatamente após a

deposição dos votos nas urnas, surjam, automaticamente, competências específicas sufocadas na sociedade e no Congresso (...) a reorganização do serviço público para o atendimento dos cidadãos, a instauração de instâncias superiores adequadas para a direção política conjunta das Forças Armadas e reformas educacionais em todos os níveis nas instituições militares. (1996, pag. 31)

No campo da defesa a necessidade destas instituições era particularmente importante uma vez que no cenário da redemocratização o controle sobre os militares era uma preocupação. Com a anistia e a não resolução de questões do passado, a de desconfiança entre civis e militares não se desfaria sozinha, e a criação de instituições, embora inseridas do gerenciamento da defesa, poderia dar início à normalização destas relações. Destaca-se, neste sentido, a criação do Ministério da Defesa.

#### **4 MENTALIDADE E CULTURA DE DEFESA: A INSERÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DEBATE DA DEFESA EM SEUS DOCUMENTOS DECLARATÓRIOS**

Conforme apresentado, o caminho até a concepção de uma política de defesa perpassa pela teorização dos atores que terão capacidade para desenvolvê-la e pelo processo histórico que configurou as relações entre profissionais que atuarão conforme suas determinações e aqueles que estarão apenas sujeitos a ela. Pode-se inferir, portanto, que uma política de defesa criada em um cenário ditatorial sob domínio militar seria elaborada por militares e, possivelmente, daria mais liberdades e poderes para a categoria do que uma política de defesa redigida com ampla participação da sociedade civil.

No Brasil, no período que antecede à República Nova (1985-), as atribuições dos militares figuravam essencialmente no texto constitucional. Destaca-se que apenas duas delas, a de 1824 e a de 1937, não contemplavam o papel político dos militares como tutores da constituição. Aos civis, cabia textualmente - na figura do chefe de executivo - o comando sobre as forças armadas.

Neste contexto insere-se a evolução do tema na Constituição de 1988, ao prever a criação de instituições sob comando civil voltadas para pensar e gerir a defesa. Como resposta à necessidade de restabelecer e consolidar a democracia no país, após 20 anos de ditadura militar, estas instituições deveriam não apenas exercer controle, mas também fornecer subsídios para aprimorar o gerenciamento das forças. Somava-se a isso a necessidade de capacitar os agentes decisórios para deliberarem sobre o tema, além de tornar clara a missão precípua da Forças. Conforme apresenta Oliveira (2005):

“A direção civil sobre as Forças Armadas por meio de instituições democráticas representativas, previsíveis e eficientes é fator decisivo para a estabilidade do regime democrático.” (OLIVEIRA, p. 86)

Para este autor a subordinação militar ao executivo é fator necessário, mas não suficiente em um regime democrático. Oliveira elenca algumas ações a serem tomadas pelo poder político com esta finalidade, como o estabelecimento, adaptação e atualização dos objetivos que condicionam a existência das Forças Armadas; definição das condições institucionais que se aplicam à ação militar no interior do próprio estado; o controle e supervisão das atividades fim e a transformação da Defesa Nacional em “um tema público da agenda nacional” (OLIVEIRA, 2005).

Os elementos apresentados por Oliveira estão presentes na Política de Defesa Nacional (PDN) criada em 1996 e posteriormente atualizada. A elaboração de um texto desta natureza se fazia necessária, tendo em vista o contexto de redemocratização interna e de ascensão de organismos internacionais que adotavam em seus princípios a democracia e maior transparência. A declaração das intenções, diretrizes e objetivos da Defesa Nacional no Brasil contribuiriam para promover mais segurança e confiança nas relações internacionais do país. Conforme consta no primeiro tópico do texto do plano:

“As transformações ocorridas no plano interno, bem como as verificadas no contexto regional e global, tornam necessário e oportuno explicitar uma Política de Defesa Nacional, emanada do mais alto nível de Estado, que reflita os anseios da sociedade e sirva como marco referencial para as estratégias decorrentes” (BRASIL: 1996)

Em breve sintetização, Diniz e Proença Júnior (1998) e Brigagão (1998), apresentam as atividades essenciais de uma política de defesa, a saber: avaliação estratégica governamental; projetos de forças e planejamento das ações militares e o orçamento consolidado da defesa. Para estes autores, uma política desta natureza é composta por quatro elementos: forças armadas; estrutura integrada de comando e planejamento militar; institucionalidade governamental para a defesa e a articulação entre a política declaratória e a prática concreta. Em suma, uma política de defesa consiste em “um documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa.”<sup>3</sup>

A PDN de 1996 foi a primeira enunciação de quais seriam os contornos gerais das formulações brasileiras para o campo da defesa nacional e apresenta uma novidade em

---

<sup>3</sup> BRASIL, Presidência da República. Política Nacional de Defesa, 2012, p.11.



relação à dinâmica dos assuntos militares e sociedade civil: em suas diretrizes consta a prescrição “sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional, por meio do incentivo ao civismo e a dedicação à Pátria.”

Esta mentalidade de defesa, neste momento bastante atrelada a valores militares como o civismo e patriotismo, consiste numa forma embrionária de inclusão efetiva da sociedade civil no debate da prática militar. Embora houvesse anteriormente participação de civis nos estudos militares, a presença deste tópico na PND inaugura os novos esforços para efetivamente desenvolver, difundir e consolidar um pensamento de defesa nacional.

Concisa na forma e abrangente no conteúdo, a Política de Defesa Nacional proposta pelo Governo Federal representa importante avanço conceitual para refletir considerações de ordem militar e civil. Anuncia a necessidade de uma política de defesa sustentável, estabelecendo vínculo entre a segurança do Estado e o bem-estar da sociedade. (BRASIL: 1997)

Segundo apresenta Oliveira (2005), na gestão Fernando Henrique Cardoso buscou-se uma interlocução com a sociedade nacional, conforme consta na PND: “conciliar as necessidades de defesa com a disponibilidade dos meios, mediante aprovação de recursos pelo Congresso Nacional e, sempre que possível, com o envolvimento dos segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial do país”<sup>4</sup>

Na atualização da PDN em 2005, durante a gestão Lula da Silva, consideração semelhante aparece em seu preâmbulo:

Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros.<sup>5</sup> (BRASIL: 2005, p.1)

Neste contexto fez-se necessário que os órgãos ligados à defesa como o Ministério da Defesa criassem mecanismos para que a sociedade civil não apenas fosse informada das políticas na área, mas capacitada para compreendê-la, debatê-la e participar de seu processo decisório. A segunda atualização do PDN, realizada em 2008, apresenta o conceito de Cultura de Defesa dentre seus objetivos e considera que sanar o afastamento da sociedade dos temas de defesa seria essencial para a implementação da política.

<sup>4</sup> BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Política de Defesa Nacional, p.4.

<sup>5</sup> DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005.

Embora não esteja elaborado no texto, pode-se depreender da literatura e dos discursos oficiais, como os presentes na página do Ministério da Defesa e do Instituto Pandiá Calógeras, que uma Cultura de Defesa consiste na conscientização da sociedade acerca da tradição, do conhecimento, e da mentalidade de defesa. Abrangeria, portanto, o conhecimento; o conjunto de ideias, normas e comportamentos; símbolos, e práticas militares desenvolvidas pela Defesa Nacional ao longo de sua construção histórica, por exemplo. Desta maneira, ao se promover uma Cultura de Defesa buscar-se-ia tornar estes elementos assimiláveis pelos distintos grupos da sociedade brasileira.

Ideia similar se fez presente na Estratégia Nacional de Defesa (END) publicada em 2008 e atualizada em 2012, mesmo ano em que se fez uma nova atualização na PND. Logo no início do documento da Estratégia, em seu texto introdutório de apresentação, consta:

Realizada pela primeira vez de maneira conjunta, a edição da Política e da Estratégia também procura atender a um dos principais objetivos da Defesa Nacional: conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância dos temas do setor para o País. Os textos partem, portanto, de um pressuposto comum: o de que a Defesa não deve ser assunto restrito aos militares ou ao governo. Diferentemente, deve ser uma preocupação de toda a sociedade. (BRASIL: 2012, p;7)

A END formula diretrizes estratégicas para alcançar os objetivos nacionais de defesa, que estão inseridos na Política Nacional de Defesa (PND).

Neste documento, figura novamente o objetivo de “conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País” e reaparece a expressão “mentalidade de defesa” desta vez a ser fomentada pelo alistamento obrigatório

7.3. O Serviço Militar Obrigatório é a garantia de participação de cidadãos na Defesa Nacional e contribui para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira. (BRASIL: 2012, p;31)

No tópico referente à implementação da estratégia, o não envolvimento significativo da sociedade brasileira nos assuntos de defesa é considerado uma vulnerabilidade<sup>6</sup> e dentre os elementos apontados como oportunidades a serem explorados consta um “maior engajamento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, e maior integração entre os diferentes setores dos três poderes e das três instâncias de governo do Estado brasileiro e desses setores com os institutos nacionais de estudos estratégicos, públicos ou privados (...)”<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> BRASIL, Ministério da Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, p.115

<sup>7</sup> Ibidem

No que diz respeito à busca de soluções na estruturação das Forças Armadas, novamente aparece o elemento da discussão com a sociedade civil:

A partir da consolidação dos Planos de Articulação e de Equipamento elaborados pelas Forças, o MD proporá ao Presidente da República o Plano de Articulação e de Equipamento da Defesa Nacional, envolvendo a sociedade brasileira na busca das soluções necessárias. (BRASIL, 2012)

Por fim, a Estratégia Nacional de Defesa apresenta, em seleção destinada ao Ensino, quais instituições seriam estabelecidas e fomentadas para a promoção e difusão da cultura almejada:

Promover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, através, entre outros, de convênios com Instituições de Ensino Superior e do fomento à pesquisa nos assuntos de defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa. (BRASIL: 2012, p.149)

No âmbito do Ensino e difusão dos temas da defesa e da capacitação de civis, a Estratégia previu atribuições a diferentes órgãos que compõem a estrutura da defesa, a exemplo: à Escola Superior de Guerra (ESG) caberia intensificar o intercâmbio entre os membros do Governo e a Instituição e otimizar a formação de recursos humanos ligados aos assuntos de defesa.

O MD e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) ficaram a cargo de estimular a realização de encontros, simpósios e seminários destinados à discussão de assuntos estratégicos, aí incluída a temática da Defesa Nacional, tendo a participação da sociedade nesses eventos como objeto de atenção especial.

Caberia também ao MD e a SAE intensificar a divulgação das atividades de defesa, de modo a aumentar sua visibilidade junto à sociedade e implementar ações e programas voltados à promoção e disseminação de pesquisas e à formação de recursos humanos qualificados na área. A partir desta determinação se originaram o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa) e o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (Pró-Estratégia).

Além disso, uma Política de Ensino de Defesa deveria ser mantida com a finalidade, dentre outras, de capacitar civis e militares para a própria Administração Central do Ministério da Defesa.

Com relação ao ensino para os militares, as instituições de ensino das três Forças deveriam manter nos seus currículos de formação militar disciplinas relativas a noções de

Direito Constitucional e de Direitos Humanos, indispensáveis para consolidar a identificação das Forças Armadas com o povo brasileiro.

Ao Governo federal caberia formar um quadro de civis especializados em assuntos de defesa e apoiar, nas universidades, um amplo espectro de programas e de cursos que verssem sobre defesa. Para esta formação destaca-se o papel atribuído à ESG.

Previu-se também a organização do debate permanente, entre as lideranças civis e militares, a respeito dos problemas da defesa. Por fim, caberia ao MD criar e implementar o Instituto Pandiá Calógeras, com a intenção de produzir reflexões sobre aspectos políticos e estratégicos nos campos da defesa e segurança; contribuir com a pesquisa e a formação de recursos humanos no campo da defesa e estreitar o relacionamento do MD com o meio acadêmico, além de assessorar o MD em assuntos específicos<sup>8</sup>.

Em sua última seção que versa sobre os Recursos Humanos, a END traz a seguinte previsão:

O Ministério da Defesa e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão elaborarão estudos com vistas à criação de carreira civil específica para atuar na formulação e gestão de políticas públicas de defesa e dotar o Ministério de um quadro próprio em face da importância e peculiaridade de suas competências e atribuições. (BRASIL: 2012, p. 151)

Esta atuação do MD em conjuntos com demais órgãos insere-se no que Diniz apresenta como uma de suas atividades chave:

A força, a pertinência e a modernidade de um ministério da defesa residem exatamente na criação de espaços e quadros (militares e civis), bem como de vínculos de todo o tipo com a sociedade, enraizando em suas instituições e trabalhos o conjunto das preocupações e das atividades voltadas para a defesa; pessoas e organizações cuja tarefa não é a de combater quando necessário, mas sim a de refletir e investigar as melhores formas de combater e de preparar para combater. (DINIZ: 1998, p; 144)

Seguindo esse papel, em cumprimento à previsão de criação de um instituto de pesquisa voltado para a defesa, criou-se o Instituto Pandiá Calógeras (IPC), um órgão de assistência direta e imediata ao MD. Sua missão é oferecer à Pasta assessoramento estratégico na área de Defesa, embasado em altos estudos e em ampla participação acadêmica, institucional e social. Neste sentido a Instituição contribuiria par a aproximação dos civis nos estudos de defesa. Conforme consta na página oficial do Instituto:

A atuação do IPC se dá por diferentes meios, entre os quais a produção de análises, a promoção do diálogo entre o Ministério da Defesa e a área

---

<sup>8</sup> Ibidem2

acadêmica e o estímulo à produção de conhecimento sobre temas de interesse da defesa nacional. Assim, o Instituto contribui permanentemente para adensar a relação entre civis e militares.

#### 4.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE DEFESA

Nomeado em homenagem a João Pandiá Calógeras, primeiro civil a exercer o cargo de ministro da guerra, O IPC atua em diversas frentes e tem como funções promover e participar de eventos que colaborem para a criação de um pensamento brasileiro sobre Defesa; estimular a integração com instituições de ensino civis e militares; implantar e gerir um centro de documentação que subsidie pesquisas e projetos; e favorecer o intercâmbio de informações e análises no campo da defesa nacional.

O instituto tem ligação direta com a promoção da Cultura de Defesa, contendo em suas linhas de pesquisa financiadas uma dedicada exclusivamente ao tema. Sua atuação foi chancelada em discursos oficiais disponíveis na página do MD, a exemplo do discurso proferido por Ari Cardoso ao assumir o cargo Secretário-Geral do Ministério da Defesa na gestão Dilma Rousseff, no qual, o então secretário, destacou a importância do IPC para “produzir análises de interesse da defesa nacional, aprofundar diálogos com parceiros estratégicos e difundir a cultura de defesa na sociedade brasileira”<sup>9</sup>.

Como é possível verificar nas mídias oficiais do IPC, além da coleta de informações, realização de pesquisas e análises que fornecem dados para tomada de decisões do MD, o instituto promove pesquisas, encontros e seminários para debates sobre o tema e “fortalece canais de comunicação entre a academia, *think-tanks* brasileiros e estrangeiros, funcionários públicos e integrantes de organizações não-governamentais no campo da defesa nacional e de segurança internacional”<sup>10</sup>.

Para a viabilização do projeto de incentivo a pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional foram firmadas parcerias com o CNPQ e se instituíram programas como o Programa Álvaro Alberto, sob o qual pesquisadores de diferentes universidades e institutos de pesquisa do Brasil desenvolvem projetos de pesquisa nas linhas de Economia de Defesa e Entorno Estratégico. É possível acessar alguns destes trabalhos na página do Instituto.

Esta atuação efetiva do MD por meio da instituição da IPC fornece meios e condições para o debate da defesa, contribuindo diretamente para o objetivo de ampliar o acesso aos

---

<sup>9</sup> Discurso de posse do secretário-geral do Ministério da Defesa, Ari Matos Cardoso. Brasília, 3 de maio de 2013

<sup>10</sup> <https://pandia.defesa.gov.br/pt/sobre-o-instituto#o-que-fazemos>

temas correlatos, difundi-los e dar espaço a concepção de conceitos brasileiros construindo um pensamento próprio da defesa, que virão a integrar a Cultura de Defesa.

Integram o escopo do IPC linhas de pesquisa como: Amazônia, ligada à preocupação com questões de soberania e contempla aspectos sobre proteção, preservação e desenvolvimento da área; Amazônia Azul, que estuda a área oceânica contígua à costa brasileira e é ponto crucial na estratégia militar; Economia de defesa, que atrela o desenvolvimento da defesa ao desenvolvimento econômico e tecnológico – destaca-se, nesta linha, a criação de um Mestrado em Economia de Defesa, em parceria com a Universidade de Brasília.

Além destas, são realizados estudos sobre entorno estratégico, que contempla as regiões prioritárias de interesse da defesa, como o Atlântico Sul, América do Sul e costa Ocidental da África; estudos sobre fronteiras e pesquisas sobre Produção de leis sobre defesa, que respondem à necessidade de ampliação do debate nas casas legislativas, com ênfase nas inter-relações entre política e defesa. Estas linhas, cujos corpos de pesquisadores são compostos por civis, fornecem arcabouço para o cumprimento de uma das funções essenciais de um ministério da defesa. Apresenta Diniz (1998):

O segundo aspecto cotidiano do MD diz respeito ao processo permanente de avaliação e autoaperfeiçoamento das normas, diretrizes e decisões do governo sobre o financiamento da defesa nacional, ou seja, sobre a política de defesa propriamente dita. (DINIZ: 1998, p. q44)

Acrescenta-se às linhas apresentadas a linha de pesquisa em Cultura de Defesa, assim apresentada na página oficial do ICP:

A importância que cultura brasileira atribui à defesa e o envolvimento da sociedade com o tema. O papel desempenhado pela academia, mídia, política e educação nas medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Esta linha de pesquisa estuda os aspectos culturais da defesa tal como visto pela sociedade brasileira. Como o tema é retratado pela mídia e formadores de opinião, como é tratado pela academia e como repercute na cultura e pensamento da sociedade.

O instituto disponibiliza ao público um amplo banco de teses e dissertações sobre os temas de defesa, pode-se inferir que a totalidade dos temas abordados nas linhas vão de encontro às expectativas da promoção da Cultura de Defesa ao fornecerem dados, análises e formulação de teses próprias de defesa nacional no Brasil. No presente momento, no ano de

2019 a página virtual do instituto contém cerca de 170 trabalhos de pesquisa disponibilizados para consulta.

Segundo dados da página oficial do Ministério da Defesa, o registro de trabalhos acadêmicos relativos à Defesa Nacional aumentou significativamente nos últimos anos. Dentre outros esforços, atribuiu-se este aumento às ações de instituições como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), atuando em conjunto com o MD. Por meio de programas como o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa) que estimulam a pesquisas visando desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nesse setor.

O Pró-defesa foi criado em 2005 em iniciativa conjunta do MD e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e é coordenado, no âmbito do MD, pela Divisão de Cooperação do Departamento de Ensino. O programa visa por meio de financiamento, criar redes de cooperação acadêmicas entre instituições de ensino (IES) públicas e particulares, institutos militares e centros de estudos estratégicos. Além disso, procura fomentar a criação, fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração em programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes no País.

O Programa tem como objetivo principal “estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES e/ou outras instituições, possibilitando a produção de pesquisas científicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Defesa Nacional”<sup>11</sup> desta forma busca-se contribuir para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro em defesa. Podem participar do programa quaisquer instituições com cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) que contenham ou tenham possibilidade de abrir cursos e linhas de pesquisa relacionados aos temas de defesa, de maneira a expandir os espaços de estudos dos temas, não mais restritos aos ambientes e escolas militares.

Conforme apresentado, a academia tem papel significativo na concepção e propagação de um pensamento próprio de defesa brasileira, uma vez que viabiliza o diálogo entre especialistas civis e militares sobre assuntos atinentes à Defesa Nacional e tem alcance para difusão e ampliação do debate entre discentes, docentes, militares e demais pesquisadores da área. De sua criação até o ano de 2018 foram publicados quatro editais para seleção das IES interessadas.

---

<sup>11</sup> <https://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa>



Ainda dentro do âmbito acadêmico são promovidos os Congressos Acadêmicos Sobre Defesa Nacional (CADN), com objetivo semelhante aos demais: fomentar a pesquisa e ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional. Os congressos ocorrem anualmente e são executados em parceria com as principais escolas de formação de oficiais das Forças Armadas: Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea. Além da apresentação e discussão dos trabalhos, os CADN se diferenciam pela integração cultural entre civis e militares por meio de atividades lúdicas, como eventos esportivos e sociais.

Anualmente, a Divisão de Cooperação lança editais com as normativas do congresso e condições para participação. A participação de cada IES ocorre mediante a formação de equipes de estudantes e professores. No ano de 2019 o CADC realizou sua décima sexta edição com quarenta e quatro equipes selecionadas para participar do evento.

Somadas a estas iniciativas o MD disponibiliza um acervo bibliográfico do Ministério da Defesa e Comandos Militares, reunidos na REBIMD – Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa. O acervo conta com livros, manuais, artigos de periódicos, teses e dissertações, gravações de vídeo, obras raras, periódicos e materiais digitais de diversas áreas do conhecimento, com destaque para política, estratégia, defesa, relações internacionais, história militar e cartografia. Esta disponibilização de materiais e dados nem sempre acessíveis aos pesquisadores do tema fornecem ferramentas para incrementar análises e expandir discussões na área, contribuindo, assim, para os objetivos da END e PND concernentes à participação do público nos assuntos da defesa.

Destaca-se no âmbito das IES que passaram a disponibilizar cursos relacionados à defesa, além do acima citado Mestrado em Economia de Defesa da Universidade de Brasília (UNB), a criação do mestrado de Estudos Estratégicos de Defesa e Segurança na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, inserido no Pró-defesa. Além das instituições civis que fornecem estes cursos, algumas entidades militares passaram a aceitar civis em seus cursos de formação em defesa e segurança. A exemplo da ESG e da A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) que fornecem cursos de pós-graduação para civis em assuntos estratégicos, segurança e defesa.

Além dos esforços governamentais é imprescindível citar a atuação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, criada em 2005. A associação congrega pesquisadores que desenvolvam estudos sobre defesa e segurança nacional e internacional, guerra e paz, relações entre forças armadas e sociedade, ciência e tecnologia no âmbito da defesa nacional e questões militares em geral. Contando com 300 membros associados e tendo realizado dez

encontros nacionais e diversas edições de encontros regionais, a associação atua para ampliar acessos e espaços de debate sobre o tema e, empiricamente, pelo aumento do engajamento de pesquisadores e trabalhos apresentados na primeira edição em 2007 para a mais recente em 2018, é possível inferir que os esforços para que a defesa se difunda como tema de pesquisa e debate tem obtido resultados, ao menos no meio acadêmico.

Por fim, acrescenta-se aos esforços de sistematizar ações da defesa e participar à sociedade os planos da política de defesa, a publicação, em 2012, do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Nas mídias oficiais do MD o LBDN é apresentado como “o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil.”. Além disso, teria entre suas funções, a de esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança defesa no país.

A publicação do LBDN responde à necessidade de maior transparência com relação à atuação das Forças Armadas e presta contas sobre a estrutura de defesa disponível no país. Sua publicação deve servir como ferramenta para estimular e incrementar o debate sobre temas afins no âmbito do Congresso, da burocracia federal, da Academia e da sociedade civil. Um diferencial significativo em sua elaboração é que o texto contou com a participação efetiva da sociedade civil em sua concepção, conforme consta na página oficial<sup>12</sup> do MD:

O LBDN, por fim, representa um grande esforço democrático na construção de um conceito de Defesa Nacional. Elaborado com a participação da comunidade acadêmica, do setor empresarial e da sociedade em geral, por meio de audiências públicas realizadas em diferentes cidades do país, possibilita não só aprofundar o conhecimento da população sobre a temática militar, bem como engajá-la nas indispensáveis discussões relacionadas à Defesa Nacional. (BRASIL, 2012)

O Livro Branco vai de encontro às premissas da promoção da Cultura de Defesa, uma vez que, em um primeiro momento, consultou figuras capacitadas no assunto para sua criação e, uma vez concluído, fornece informações e ferramentas para que o debate prossiga em alto nível e dotado dos dados necessários e esquematizados. Ademais, ao tornar claras as intenções, organização e aspectos essenciais da atuação das Forças Armadas o texto esclarece à sociedade civil temas da defesa antes ininteligíveis à maioria do público.

O Livro é composto por seis capítulos que abrangem aspectos do Estado Brasileiro e da Defesa Nacional, ambiente estratégico, o instrumento militar no qual se abordam detalhadamente a estrutura das forças e das instituições militares; um capítulo específico para

---

<sup>12</sup> <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>

temas sobre defesa e sociedade, no qual são apresentadas as iniciativas do MD de fomento à pesquisa; os programas militares voltados para a atuação civil; a previsão de formação de pessoal para o gerenciamento e definição das políticas de defesa, etc. os últimos capítulos apresentam as transformações na defesa e a economia de defesa.

Todas estas iniciativas correspondem à função última de levar os temas de defesa à sociedade brasileira, em resposta às determinações da primeira Política Nacional de Defesa. Embora naquele momento não tenham sido explanadas as formas de alcançar os objetivos, já trazia a necessidade de criar uma mentalidade de defesa, pois, mediante o estabelecimento desta mentalidade seriam aprimorados os processos decisórios; de alocação de recursos; e mesmo de controle das forças militares ao não deixar a sociedade à mercê da exclusividade do saber tecnocrático das Forças Armadas sobre os temas de defesa.

Conforme apresenta Carvalho, antes que a sociedade começasse a se preocupar em engajar-se mais nos temas de defesa, o movimento oposto teria ocorrido: os militares saíram da caserna e buscaram capacitar-se em assuntos civis. Sendo necessário o fluxo contrário.

Aos poucos pode-se conseguir a formação de civis, inclusive políticos, capazes de discutir temas militares, mesmo os mais técnicos, e assim se credenciar para formular políticas alternativas àquelas dos militares, ou de convencê-los a modificar seu modo de pensar. É preciso reconhecer que os militares, desde a década de 1930, fizeram o esforço na direção contrária, isto é, de se capacitarem em assuntos civis, e que isso foi fator importante no êxito que tiveram em invadir áreas de competência civil e nelas implantar o viés militar. (CARVALHO: 2005)

Conclui-se, portanto, que a instrução de civis e a ampliação do acesso aos dados e debates da defesa têm uma importância não apenas acadêmica, mas, principalmente, social uma vez que a sociedade civil precisa estar apta para integrar o processo decisório e coordenar suas Forças Armadas de maneira a promover maior segurança para a democracia, por meio das instituições, e também aprimorar planejamentos, orçamentos, iniciativas, enfim, que estão relacionadas às práticas militares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de identificar a atuação do MD na construção de uma “Cultura de Defesa” no Brasil, buscou-se inicialmente, apreender de que maneira se deram as relações entre civis e militares no país ao longo da história, de forma a compreender a necessidade de se promover com medidas governamentais a aproximação dos civis aos temas de defesa.

Com vistas a demonstrar a importância do equilíbrio destas relações, apresentou-se o debate clássico acerca do controle civil-militar, que contempla aspectos como a profissionalização militar e a participação destes na política, além do controle civil sobre as forças. O que se revelou é que em países como o Brasil o controle passa sobretudo pela criação de instituições – como o Ministério da Defesa.

No que diz respeito à análise das relações civis-militares tornou-se evidente que no Brasil o distanciamento é marco entre estes dois setores, agravado em momentos específicos de ruptura democrática no país. O que se observou é que ao longo da história, ao passo que militares passaram a atribuir para si maiores capacidades sobre a gestão do estado brasileiro, a sociedade civil não parece ter respondido em igual medida, ao não ocupar espaços de debate e conhecimento das práticas militares. Em decorrência disso, parece haver certo desconhecimento acerca dos limites de atuação das forças e de seu escopo de atuação dentro de um Estado democrático de direito.

Em razão deste diagnóstico, o estado brasileiro passou a contemplar em seus documentos oficiais que prescrevem a política de defesa a necessidade da maior participação da sociedade civil nestes temas, tornando-se apta a pensá-los, questioná-los e propô-los nos âmbitos de tomada de decisão. Estes esforços se concentraram, principalmente, na figura do Ministério da Defesa que ficaria a cargo de promover políticas buscando a promoção e discussão dos temas de defesa.

Foram marcos da integração do elemento civil neste debate os documentos declaratórios da defesa: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, que juntos forneceram ferramentas e dados essenciais para pesquisadores do tema, além de promoverem maior transparência e clareza sobre a atuação das Forças Armadas, munindo os civis de material essencial para sua compreensão.

Com a publicação destes documentos percebeu-se que houve avanço ao contemplar a sociedade civil como peça chave para a definição e implementação das diretrizes e objetivos

da política de defesa no país. Neste sentido, o MD, em conjunto com outros órgãos de pesquisa como o MEC e a CAPES, instituiu programas de incentivo; adaptou e criou órgãos de pesquisa e ensino nos temas correlatos e compôs documentos que explicitam detalhadamente a missão, o efetivo, as diretrizes, os objetivos, e demais aspectos práticos e teóricos dos assuntos de defesa.

Neste contexto, verificou-se que algumas das iniciativas propostas ganharam corpo nos últimos 10 anos, por meio da criação de institutos como o Instituto Pandiá Calógeras, dos programas de incentivo à pesquisa como o Pró-defesa e a disponibilização de dados em fontes oficiais em bibliotecas das Foças, em especial, do exército.

Em decorrência da ausência de dados específicos sobre o engajamento de civis nos assuntos militares apenas foi possível depreender de aspectos como o volume de materiais publicados e disponíveis no Instituto Pandiá Calógeras e em grupos como a Associação Brasileira de Defesa, que houve um aumento da presença dos temas de defesa na academia.

Não foi possível, porém, identificar se estas iniciativas alcançaram parcela significativa da população, estando ainda restritas ao meio acadêmico e centralizadas em institutos de educação de ponta nas capitais e escolas militares.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Wellington de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. *Opin. Publica* [online]. 2010, vol.16, n.1 [cited 2019-10-24], pp.220-250. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762010000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000100009&lng=en&nrm=iso)>.ISSN0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000100009>.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos. FGV Editora, 2009b. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292011000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: Set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000200004>.

BRASIL, Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasil: Ministério da Defesa, 2012b. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasil: Ministério da Defesa, 2008b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm)

\_\_\_\_\_. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasil: Ministério da Defesa, 2012c. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>

\_\_\_\_\_. Política de Defesa Nacional. Brasil: Biblioteca da Presidência, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Mensagem ao Congresso Nacional. Abertura da 3. Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Imprensa Nacional: Brasília, 1997

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. Política de Defesa é uma Política de Governo. *Rev. Bra. Est. Def.* v. 2, nº 1, jan./jun. 2015, p. 33-52

CARVALHO, José Murilo; Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar; Ed., 2015

COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

FUCCILLE, Luís Alexandre. Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil. Campinas, SP: [s. n.], 2006.

HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996a.

JODELET, Denise. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 33, Número 2, Maio/Agosto 2018.

NIELSEN, Suzanne C. Civil-military relations: Theory and military effectiveness. *Public Administration and Management* Volume Ten, Number 2, pp. 61-84. 2005

O Brasil Republicano, v.9: sociedade e instituições (1889-1930) /por Paulo Sérgio Pinheiro; [et all]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. Democracia e Defesa Nacional: a criação do ministério da defesa na presidência de FHC. Barueri-SP: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Andréa Benetti Carvalho de e SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e doutrina militar de defesa: América do Sul e segurança regional. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000122011000100021&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000100021&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 14/11/2019

PAIVA, Fernando Carneiro Gomes. A promoção da Cultura de Defesa no Brasil: 2008-2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12749/1/21322570.pdf>

PINTO, Paulo Cordeiro de Andrade. Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate da segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000). Brasília: FUNAG, 2015.

PROENÇA JR, Domício. Política de defesa no Brasil: uma análise crítica. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Forças armadas para quê? Para isso. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.333-373, Dec. 2011.

SANTOS, J. C. dos. Defesa da Cultura, Cultura da Defesa. *Revista do Mestrado em História. Vassouras*, v. 13, n. 1, p. 117-130, jan./jun., 2011.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. Política Internacional e Cultura de Defesa na Marinha do Brasil e na Armada Espanhola. *Revista Mural Internacional*, ano II, nº 1. Junho 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. A História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA et al. Desafios Brasileiros na Nova Era da Segurança e da Defesa – Tópicos Relevantes para Contribuir com o Envolvimento da Sociedade Brasileira no Debate Nacional. Apresentado no XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, 2015. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xii\\_cadn/desafios\\_brasileiros\\_na\\_nova\\_era.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/desafios_brasileiros_na_nova_era.pdf).

TRAVIS, Donald. S. Decoding Morris Janowitz: Limited War and Pragmatic Doctrine. *Armed Forces & Society*.





**Ministério da Educação**

**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**

Setor de Ciências Humanas

Curso de Especialização em Sociologia Política

---

### DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autora: Seani Marie Duarte de Oliveira

CPF: 08732204981

Telefone: (41) 988788719

E-mail: seani.duarte@gmail.com

Curso: Especialização em Sociologia Política

Orientador (a): Caroline Cordeiro Viana e Silva

- **Título/subtítulo:** UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE DEFESA

Tipo de produção intelectual: ( X ) Monografia de especialização

Declaro, para os devidos fins, que o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sobre os Direitos Autorais;
- e que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de ideias, textos, tabelas ou ilustrações (quadros, figuras, gráficos, fotografias, retratos, lâminas, desenhos, organogramas, fluxogramas, plantas, mapas e outros) transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação da referência.

Assinatura da Autora

Local e Data: Curitiba, 3 de dezembro de 2019.